aurum
Revista Multidisciplinar

ISSN: 3085-7783

# MOVIMENTO *REDPILL* E MISOGINIA DIGITAL NO BRASIL: REPRESENTAÇÕES SOBRE MULHERES E INTERFACES COM A NORMALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

## *REDPILL* MOVEMENT AND DIGITAL MISOGYNY IN BRAZIL: REPRESENTATIONS OF WOMEN AND INTERFACES WITH THE NORMALIZATION OF PSYCHOLOGICAL VIOLENCE

https://doi.org/10.63330/armv2n11-004

Submetido em: 11/11/2026 e Publicado em: 16/11/2026

ARM: e262629

**Arthur Caio Oliveira Sousa Costa**
Graduando em Psicologia
Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), Imperatriz (MA)
E-mail: arthu.caio@gmail.com

**Andressa Costenaro**
Especialista
Faculdade de Educação Santa Terezinha (FEST), Imperatriz (MA)
E-mail: andressa.costenaro@fest.edu.br

**Resumo**

Este artigo examina criticamente as interfaces entre discursos associados à *redpill*, masculinidades e normalização da misoginia no ambiente digital brasileiro. A investigação, de natureza exploratória e qualitativa, caracteriza-se como revisão bibliográfica narrativa crítica e análise conceitual de estudos sobre a manosfera e a cultura digital, com atenção ao período de 2022 a 2025. O referencial articula Psicologia Social, abordagem sócio-histórica e estudos de gênero e masculinidades. Discutem-se mecanismos discursivos de generalização, hierarquização, objetificação, deslegitimação da autonomia feminina e ridicularização, em diálogo delimitado com a noção de violência psicológica prevista na Lei Maria da Penha. O estudo diferencia circulação de representações, possível normalização discursiva e comportamento violento individual, recusando inferências causais sem dados adequados. Não houve coleta original de vídeos, entrevistas ou mensuração de prevalência. Como contribuição, propõe-se uma matriz metodológica para futura análise documental de conteúdos públicos e indicam-se possibilidades de educação midiática e atenção psicossocial. Conclui-se que a literatura examinada oferece fundamentos para investigar repertórios misóginos em segmentos da manosfera, mas não autoriza generalizações sobre todos os participantes nem efeitos comportamentais necessários.

**Palavras-chave:** *Redpill*; Masculinidades; Misoginia digital; Psicologia Social; Violência psicológica.

**Abstract**

This article critically examines the interfaces between discourses associated with the *redpill*, masculinities, and the normalization of misogyny in the Brazilian digital environment. The investigation, exploratory and qualitative in nature, is characterized as a critical narrative literature review and conceptual analysis of studies on the manosphere and digital culture, with attention to the period from 2022 to 2025. The theoretical framework combines Social Psychology, the socio-historical approach, and gender and masculinity studies. It discusses discursive mechanisms of generalization, hierarchization, objectification, delegitimization of women's autonomy, and ridicule, in a delimited dialogue with the notion of psychological violence established by the Maria da Penha Law. The study distinguishes between the circulation of representations, possible discursive normalization, and individual violent behavior, rejecting causal inferences without adequate data. No original collection of videos, interviews, or prevalence measurement was carried out. As a contribution, it proposes a methodological matrix for future documentary analysis of public content and points to possibilities for media literacy and psychosocial care. It concludes that the literature examined provides grounds for investigating misogynistic repertoires in segments of the manosphere, but does not support generalizations about all participants or necessary behavioral effects.

**Keywords:** Digital misogyny; Masculinities; *Redpill*; Psychological violence; Social Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

A presença de produtores de conteúdo que adotam o vocabulário *redpill* nas plataformas brasileiras tornou relevante o exame das representações sobre masculinidade, mulheres e relações afetivas. A expressão não designa organização unificada, filiação estável ou conjunto doutrinário uniforme. Seu emprego atravessa canais com formatos de conselho afetivo, comentário social, humor, crítica política e empreendedorismo masculino (Ging, 2019).

A literatura permite formular um problema de Psicologia Social: de que maneira enunciados reiterados sobre mulheres adquirem aparência de conhecimento geral, mesmo quando derivam de experiências particulares, interpretações seletivas ou classificações moralizantes? A pergunta desloca o foco de julgamentos sobre pessoas para a estrutura e as condições de circulação de discursos (Lima-Santos; Santos, 2022).

O presente estudo considera prioritariamente publicações brasileiras entre 2022 e 2025, sem afirmar que a exposição a conteúdos *redpill* cause, por si só, atos violentos. O recorte exige distinguir expressão ofensiva, representação misógina, violência psicológica em relação concreta e crime previsto em lei.

A investigação se justifica pela centralidade das plataformas na socialização contemporânea. Vídeos curtos, transmissões ao vivo e comunidades virtuais conectam experiências privadas a repertórios culturais mais amplos. No debate de gênero, sentimentos de rejeição, desigualdade percebida e incerteza afetiva podem ser convertidos em explicações coletivas que atribuem comportamentos a uma categoria inteira de pessoas (Wolff; Betti, 2025).

Ging (2019) analisa a manosfera como agrupamento heterogêneo de espaços digitais e demonstra a importância dos discursos de vitimização masculina. Lima-Santos e Santos (2022) mostram a pertinência da discussão no contexto brasileiro. Wolff e Betti (2025) examinam canais brasileiros do YouTube, destacando estratégias antifeministas e modalidades diferentes de apresentação.

A contribuição pretendida não é comprovar uma trajetória inevitável da insatisfação masculina para a agressão. É organizar critérios conceituais que permitam observar generalizações, hierarquias, ridicularizações e prescrições de controle, separando o que a literatura documenta daquilo que ainda precisaria de investigação empírica.

A questão norteadora é: quais representações sobre mulheres, feminismo e relações afetivas são identificadas na literatura sobre discursos associados à *redpill* brasileira e em que medida podem ser interpretadas como mecanismos de naturalização da misoginia e de práticas de desqualificação psicológica?

O objetivo geral consiste em analisar criticamente as interfaces entre discurso *redpill*, construções de masculinidade e normalização discursiva da violência psicológica, à luz da Psicologia Social. Os objetivos específicos incluem caracterizar a manosfera, discutir masculinidade hegemônica, identificar recursos retóricos e construir uma matriz de análise documental replicável.

Adota-se hipótese de trabalho prudente: parte da produção discursiva associada à *redpill* pode apresentar generalizações negativas e hierarquias de gênero, sem que isso autorize imputar intenção ou conduta a todos os integrantes ou consumidores. A hipótese orienta leitura crítica, mas não pode substituir demonstração.

Para alcançar os objetivos propostos, este artigo organiza-se em quatro seções: esta introdução; a metodologia, que descreve o desenho da revisão e o procedimento de análise crítica; os resultados e a discussão, que articulam fundamentos da Psicologia Social, estudos de gênero e masculinidades, caracterização da manosfera, misoginia digital, dinâmicas das plataformas, violência psicológica e contribuições à Psicologia; e, por fim, a conclusão.

## 2 METODOLOGIA

### 2.1 NATUREZA E DESENHO DE PESQUISA

Este estudo constitui revisão bibliográfica narrativa crítica, de caráter exploratório e abordagem qualitativa. Seu material empírico imediato é composto por textos acadêmicos e documentos normativos

identificados nas referências. Não se declara coleta própria de vídeos, transcrições nem entrevista com participantes.

As obras são articuladas segundo núcleos conceituais: teoria das masculinidades, cultura digital, ambientes da manosfera, linguagem misógina e fronteiras jurídicas da violência psicológica. A exposição compara proposições, identifica convergências e aponta inferências cuja força é menor que a de resultados observacionais (Bardin, 2016).

Uma revisão narrativa não possui a exaustividade de uma revisão sistemática. Por isso, não são relatadas taxas de prevalência, proporções de homens adeptos ou frequência de categorias em plataformas brasileiras. Essas medidas exigiriam amostragem, protocolo de busca e processo de codificação auditável.

## 2.2 FONTES E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Foram priorizados estudos revisados por pares, obras teóricas de referência e legislação brasileira pertinente. Ging (2019) fornece definição e problematização da manosfera. Connell e Messerschmidt (2005) apresentam revisão do conceito de masculinidade hegemônica. Lima-Santos e Santos (2022) examinam repertórios misóginos em cultura digital e Wolff e Betti (2025) analisam canais brasileiros.

A pertinência de cada fonte é apreciada pelo objeto efetivamente investigado, pelo método descrito e pelo alcance da conclusão. Estudos sobre comunidades *incel* não são automaticamente transferidos à totalidade da *redpill*, embora existam cruzamentos terminológicos e alianças discursivas. Analogamente, literatura internacional oferece categorias, mas não representa diretamente o Brasil.

A seleção inclui a Lei nº 11.340/2006 para delimitar uma categoria normativa, sem converter o dispositivo em teste psicológico para classificar qualquer vídeo. A consulta às fontes pretende sustentar definições e inferências, preservando as diferenças entre teoria, observação empírica e prescrição jurídica.

## 2.3 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE CRÍTICA

A leitura foi organizada por perguntas: qual unidade social está sendo descrita; quais elementos discursivos foram efetivamente observados; que mecanismo interpretativo é proposto; e quais limitações devem acompanhar sua generalização? Essa estratégia evita compor uma narrativa única a partir de estudos metodologicamente distintos (Bardin, 2016).

As categorias discutidas neste trabalho são instrumentos analíticos, não achados quantitativos de uma amostra própria. Expressões como inferiorização, naturalização, responsabilização e legitimação são empregadas para discutir estruturas argumentativas cuja presença concreta depende da análise contextual de cada enunciado.

A possibilidade de múltiplas interpretações recomenda atenção à ironia, à crítica citada, ao enquadramento jornalístico e à reprodução de fala de terceiros. O sentido de uma afirmação não se reduz à ocorrência de palavras isoladas. Esse cuidado é decisivo para evitar falsos positivos na futura codificação.

### 2.4 ÉTICA E POSIÇÃO DO PESQUISADOR

Conteúdos públicos não eliminam automaticamente todos os problemas éticos. A exposição de usuários comuns, a circulação secundária de insultos e a citação de comentários de pessoas potencialmente identificáveis podem produzir danos. A estratégia proposta privilegia descrição contextual e minimização de dados.

Se houver futura pesquisa com entrevistas, ambientes privados ou informação sensível, o projeto deverá ser reavaliado pelas normas éticas aplicáveis e pela instância institucional responsável. A análise de vídeos públicos também exige respeito às condições de plataforma e à integridade documental.

No plano reflexivo, o pesquisador deve registrar expectativas anteriores e explicitar critérios de classificação antes de observar o *corpus*. A crítica à misoginia não autoriza que toda dúvida ou discordância sobre debates de gênero seja previamente codificada como violência.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 3.1 FUNDAMENTOS DA PSICOLOGIA SOCIAL

#### 3.1.1 Sujeito e contexto social

A Psicologia Social permite compreender enunciados individuais como práticas situadas em relações sociais e culturais. As experiências afetivas não são formadas apenas por disposições internas. Elas são interpretadas com linguagens disponíveis, modelos de conduta, expectativas de pertencimento e estruturas de reconhecimento (Bock, 1997).

A perspectiva sócio-histórica enfatiza que sentidos atribuídos ao masculino e ao feminino são historicamente produzidos. Desse modo, a ideia de uma essência masculina ameaçada precisa ser examinada como construção cultural, e não admitida como fato psicológico independente do contexto (Connell; Messerschmidt, 2005).

O problema investigado situa-se na passagem entre experiência e explicação social. Uma rejeição amorosa pode ser vivida como sofrimento legítimo, mas sua conversão em regra negativa sobre todas as mulheres representa operação discursiva distinta, passível de crítica e análise.

#### 3.1.2 Representações sociais e vida cotidiana

Representações partilhadas oferecem mapas interpretativos que simplificam realidades complexas. Essa simplificação pode facilitar comunicação e coesão, porém também favorecer estereótipos. Quando

indivíduos recebem enunciados repetidos em linguagem de certeza, a impressão de evidência pode anteceder qualquer verificação.

No universo de conselhos sobre relacionamentos, uma categoria como mulher interesseira pode condensar explicações para frustrações diversas. O risco analítico aparece quando exemplos selecionados são tratados como prova universal, apagando variabilidade e contexto.

É necessário distinguir crença circulante de adesão subjetiva. A exposição a determinada narrativa não permite afirmar que uma pessoa a internalizou, e a concordância verbal não demonstra necessariamente comportamento posterior. Estudos sobre recepção precisariam ouvir usuários ou examinar trajetórias longitudinais.

### 3.1.3 Identidade e pertencimento

Comunidades digitais frequentemente oferecem reconhecimento a quem percebe isolamento ou dificuldade de integração. Uma linguagem compartilhada, nomes para experiências e figuras de autoridade podem produzir sentimento de pertencimento. Essa função social não é exclusiva da manosfera, nem é intrinsecamente patológica (Ging, 2019).

A preocupação surge quando o pertencimento é condicionado à aceitação de hostilidade contra um grupo externo. Em tais circunstâncias, a identidade do grupo pode ser construída pela oposição a mulheres, feministas ou homens classificados como inferiores.

O estudo não dispõe de dados para afirmar que os adeptos chegam a esses espaços por solidão ou fracasso afetivo. Tais fatores permanecem hipóteses de investigação de trajetórias individuais, e não explicações demonstradas pelo presente *corpus* bibliográfico.

### 3.1.4 Emoções e atribuição de causalidade

Raiva, vergonha, ressentimento e sensação de injustiça podem aparecer como matérias-primas de narrativas públicas. Sua expressão não determina conteúdo ideológico específico. O mesmo sofrimento pode fundamentar busca de apoio, questionamento das próprias práticas ou culpabilização de terceiros.

Uma narrativa que atribui toda experiência afetiva negativa a uma suposta natureza feminina reduz a pluralidade de causas: comunicação, compatibilidade, escolhas, condições materiais e expectativas divergentes. O mecanismo discursivo central é a atribuição global de causalidade a uma categoria social.

Essa leitura é uma interpretação teórica, não um diagnóstico clínico. O uso coloquial de termos como narcisismo ou psicopatia em vídeos não fornece fundamento para classificar produtores ou consumidores com transtornos mentais.

### 3.1.5 Normas sociais e sanções simbólicas

Normas de gênero definem comportamentos reconhecidos como adequados e indesejáveis. Parte de sua força deriva de sanções informais, como ridicularização, desprezo e perda de prestígio. Plataformas digitais tornam essas sanções visíveis e replicáveis em escala (Manne, 2017).

Quando um conteúdo associa autonomia sexual feminina à perda de valor moral, ele pode funcionar como tentativa de disciplina simbólica. A análise deve verificar contexto, destinatário, tom e regra proposta antes de afirmar essa função.

A noção de violência simbólica aqui serve para interpretar hierarquias e relações de poder; não equivale automaticamente à violência psicológica em sentido legal, que pressupõe condições e condutas especificadas no ordenamento jurídico.

### 3.1.6 Produção social dos sentidos

Uma mesma experiência de rejeição pode adquirir sentidos diferentes conforme o repertório cultural disponível ao indivíduo. A frustração pode ser interpretada como incompatibilidade entre duas pessoas, como oportunidade de mudança pessoal ou como evidência de uma regra geral sobre determinado grupo. O acontecimento não determina por si a explicação construída (Bock, 1997).

O interesse da abordagem sócio-histórica reside nessa mediação entre experiência, linguagem e condições materiais. Discursos de relacionamento são produzidos em uma sociedade com desigualdades, expectativas profissionais, pressões de desempenho e mudanças nas configurações familiares. Reduzi-los a um mecanismo individual de ressentimento apagaria essas dimensões.

A investigação discursiva pode reconhecer a agência dos sujeitos sem supor que suas interpretações sejam completamente livres das condições sociais. Esse equilíbrio permite compreender por que determinadas narrativas têm apelo e avaliar criticamente seu conteúdo normativo.

### 3.1.7 Vieses cognitivos e narrativas generalizantes

Explicações que confirmam uma crença anterior podem parecer mais convincentes do que informações que a contradizem. Quando um usuário procura exemplos de deslealdade feminina, conteúdos negativos tornam-se mais salientes, mesmo que não representem a frequência real do fenômeno. A análise deve distinguir essa possibilidade teórica de evidência sobre o funcionamento psicológico de usuários específicos.

As plataformas podem oferecer materiais congruentes com preferências já manifestadas, mas a trajetória de recomendação não é idêntica para todas as pessoas. Uma interpretação rigorosa exigiria dados sobre o que cada usuário pesquisou, assistiu, rejeitou e compreendeu.

Na ausência desses dados, o estudo investiga a estrutura do argumento: seleção de casos, desconsideração de exceções e transformação de hipóteses em certezas. Não se faz inferência clínica sobre capacidade cognitiva nem se atribui viés a todos os adeptos.

### 3.1.8 Desinibição e interação mediada

Suler (2004) descreve fatores que podem favorecer a desinibição em ambientes mediados por computador, incluindo anonimato relativo, invisibilidade e comunicação assíncrona. Tais características ajudam a explicar por que a linguagem online pode diferir da interação presencial. Contudo, desinibição não significa necessariamente agressividade: também pode favorecer abertura emocional e apoio (Suler, 2004).

A relevância para o debate *redpill* está na possibilidade de que hostilidade e confissões íntimas coexistam em uma mesma comunidade. O usuário pode procurar acolhimento e encontrar formas de expressar frustração que parecem mais aceitáveis naquele ambiente do que fora dele.

A pesquisa evita o determinismo tecnológico. O desenho da plataforma fornece condições de interação, mas normas grupais, moderação, história individual e escolhas editoriais permanecem importantes para compreender o conteúdo produzido.

## 3.2 GÊNERO E MASCULINIDADES

### 3.2.1 Pluralidade das masculinidades

Connell e Messerschmidt (2005) reformulam a masculinidade hegemônica como conceito relacional e histórico. Não se trata de perfil imutável de homem forte, agressivo ou dominante. A hegemonia depende de configurações de práticas que legitimam relações de gênero em contextos concretos (Connell; Messerschmidt, 2005).

Essa perspectiva ajuda a compreender a coexistência de discursos que exaltam autossuficiência e, simultaneamente, descrevem homens como vítimas de um sistema social dirigido por mulheres. A tensão não precisa ser resolvida por acusação de incoerência individual; pode indicar rearranjo de repertórios de poder e vulnerabilidade.

A pesquisa evita a expressão masculinidade tóxica como rótulo universal. É mais produtivo especificar práticas e enunciados, como imposição de hierarquia, proibição de autonomia, humilhação ou defesa de desigualdades.

### 3.2.2 Masculinidade hegemônica e crise

A ideia de crise da masculinidade pode indicar conflitos entre expectativas herdadas e transformações nas relações de trabalho, família, sexualidade e cuidado. Contudo, a existência de mudanças

sociais não demonstra um colapso único compartilhado por todos os homens (Connell; Messerschmidt, 2005).

Narrativas de crise oferecem explicações simples para tensões heterogêneas. Quando relacionam perda de autoridade masculina à emancipação feminina, podem produzir uma concepção de soma zero, segundo a qual ganhos de autonomia para mulheres necessariamente significariam perdas ilegítimas para homens.

O desafio da Psicologia é compreender a experiência de insegurança sem transformar sua interpretação ideológica em descrição objetiva da sociedade. A escuta do sofrimento e a crítica de representações discriminatórias são tarefas compatíveis.

### 3.2.3 Autossuficiência, desempenho e mercado

Parte dos conteúdos de masculinidade digital associa reconhecimento a atributos mensuráveis, como renda, aparência física, capacidade de sedução e posição competitiva. Esses critérios podem oferecer metas de disciplina e autocuidado, mas também reduzir vínculos afetivos a transações (Ging, 2019).

A linguagem de mercado aplicada aos relacionamentos converte pessoas em portadoras de valor e parceiros em agentes de cálculo. A análise psicológica deve perguntar quando a metáfora descreve preferências e quando se torna instrumento para desqualificar a dignidade de grupos inteiros.

Não há equivalência necessária entre interesse por *fitness*, trabalho ou finanças e misoginia. O objeto crítico é a passagem do desenvolvimento pessoal para prescrições que naturalizam inferioridade feminina ou justificam controle de parceiras.

### 3.2.4 Vulnerabilidade masculina sem essencialismo

As dificuldades de homens em falar sobre sofrimento emocional merecem atenção da Psicologia. A relação entre vulnerabilidade, vergonha e padrões culturais de masculinidade constitui tema legítimo e não deve ser descartado por associação a comunidades polêmicas (Connell; Messerschmidt, 2005).

Contudo, reconhecer sofrimento masculino não exige negar violência contra mulheres. Um trabalho rigoroso pode examinar como determinadas narrativas capturam questões reais e as reorganizam em antagonismos simplificadores.

A distinção entre necessidade e solução ideológica é central. Solidão, desemprego ou rejeição podem ser necessidades de cuidado e inclusão, sem que propostas misóginas apresentadas como respostas se tornem cientificamente justificadas.

### 3.2.5 Relações de poder e reciprocidade

A proposta de masculinidade hegemônica permite examinar quais práticas recebem prestígio e quais são ridicularizadas em contextos históricos determinados. Não se deve confundir hegemonia com comportamento majoritário. Uma prática pode ser considerada legítima e exemplar mesmo quando não é adotada pela maior parte dos homens (Connell; Messerschmidt, 2005).

Em discursos afetivos, o reconhecimento do homem ideal pode ser vinculado ao controle emocional, ao domínio financeiro e à autoridade nas decisões. Essas características precisam ser analisadas conjuntamente com as expectativas dirigidas às mulheres, sobretudo quando se exige delas obediência sem reciprocidade.

A preocupação científica não é desqualificar formas voluntárias de organização familiar. O problema reside na naturalização de uma superioridade masculina que retire legitimidade da autonomia e da negociação entre sujeitos.

### 3.2.6 Mudança social e percepção de perda

A ampliação de oportunidades educacionais, profissionais e afetivas modifica expectativas de parceria. Transformações desse tipo podem ser percebidas como possibilidades de relações mais simétricas ou, em determinadas narrativas, como perda de um status antes considerado natural. Essas interpretações são socialmente produzidas (Connell; Messerschmidt, 2005).

O confronto entre expectativa e realidade pode gerar desconforto sem que isso implique adesão a posições misóginas. É metodologicamente incorreto concluir que homens que valorizam papéis tradicionais necessariamente desejam controlar suas parceiras. O pesquisador deve examinar se há consentimento, reciprocidade e justificativa de hierarquia.

O valor da teoria de gênero está em permitir leitura contextual do conflito, evitando atribuir suas causas exclusivamente a mudanças individuais ou exclusivamente ao feminismo.

### 3.2.7 Cuidado masculino e possibilidades alternativas

Uma análise centrada apenas em antagonismo perderia de vista repertórios masculinos que valorizam cuidado, cooperação e responsabilidade compartilhada. A pluralidade das masculinidades sugere que modelos relacionais competem por reconhecimento e podem ser transformados (Connell; Messerschmidt, 2005).

Em iniciativas educativas, é possível discutir confiança, sexualidade, autonomia e respeito sem reproduzir classificações humilhantes. O sofrimento diante da rejeição precisa ser reconhecido como experiência humana; o recurso à inferiorização coletiva não é consequência necessária desse sofrimento.

Essa perspectiva abre espaço para intervenções que não tratam homens como categoria homogênea. Em vez de buscar traços supostamente essenciais da masculinidade, trabalha-se com práticas concretas, vínculos e contextos.

## 3.3 MANOSFERA E *REDPILL*

### 3.3.1 Conceito de manosfera

Ging (2019) utiliza manosfera para designar uma constelação de comunidades digitais que articulam debates sobre direitos dos homens, sedução, masculinidade, celibato involuntário e oposição ao feminismo. A variedade dessas comunidades impede tratá-las como organização homogênea (Ging, 2019).

A metáfora da pílula vermelha apresenta a adesão a determinada interpretação como despertar cognitivo. Seu efeito retórico potencial consiste em antecipar a conclusão: quem concorda teria enxergado a verdade, enquanto críticos permaneceriam iludidos (Lima-Santos; Santos, 2022).

A pesquisa deve identificar o significado que cada produtor atribui ao termo, pois *redpill* pode designar tanto vocabulário de aconselhamento quanto posicionamento antifeminista explícito. Definições externas não substituem observação contextual.

No resumo de seu estudo sobre a manosfera, Ging descreve a articulação do repertório *redpill* como "Red Pill 'philosophy,' which purports to liberate men from a life of feminist delusion" (Ging, 2019, p. 638).

### 3.3.2 A pílula vermelha como dispositivo retórico

A ideia de despertar cria uma fronteira simbólica entre iniciados e não iniciados. Essa fronteira pode estabelecer autoridade sem apresentar demonstração correspondente, pois a divergência passa a ser interpretada como sinal de ignorância ou manipulação (Ging, 2019).

Em vídeos, tal estrutura pode surgir por meio de histórias exemplares, revelações supostamente ocultas e generalizações apresentadas como leis naturais. O pesquisador deve separar formato narrativo, argumento, dados citados e conclusão normativa.

Não se afirma que toda metáfora de esclarecimento seja manipuladora. O indício relevante é a impossibilidade deliberada de contestação e o uso da classificação de opositores para dispensar evidências.

### 3.3.3 Diferentes segmentos e fronteiras

Comunidades *incel*, fóruns de direitos masculinos, treinadores de sedução e produtores autodenominados *redpill* possuem histórias e propósitos diferentes. Alguns conteúdos enfatizam introspecção, enquanto outros apresentam antagonismo sexual explícito (Ging, 2019; Lima-Santos; Santos, 2022).

A pesquisa de Lima-Santos e Santos (2022) discute intersecções entre misoginia online e imaginários de masculinidade, mas não autoriza igualar todos os participantes de universos diferentes. Uma descrição precisa deve registrar autodefinição, prática discursiva observada e características da plataforma.

Uma tipologia constitui ferramenta de trabalho e precisa permanecer aberta a categorias híbridas. A classificação rígida baseada apenas em palavras-chave pode reproduzir erros e atribuir filiações não declaradas.

### 3.3.4 Tradução cultural no Brasil

Ideias circulam internacionalmente, mas são reinterpretadas em línguas e contextos nacionais. Expressões importadas encontram debates locais sobre família, religião, desigualdade, trabalho e segurança. Por isso, a análise brasileira não deve pressupor identidade perfeita com fóruns anglófonos (Lima-Santos; Santos, 2022).

Wolff e Betti (2025) documentam estratégias discursivas em canais brasileiros do YouTube com estilos variados. A diversidade de apresentação mostra a importância de observar humor, referência acadêmica e afirmação ideológica como modos distintos de legitimação (Wolff; Betti, 2025).

O período 2022 a 2025 é delimitador da discussão, não prova de início ou de ápice histórico do movimento. A existência de conteúdos anteriores e posteriores permanece reconhecida.

### 3.3.5 Autoridade e pseudocientificismo

A invocação de estatísticas, biologia evolutiva ou psicologia pode conferir aparência técnica a prescrições afetivas. Entretanto, a presença de números ou nomes de teorias não garante validade da inferência. É necessário conferir fonte, amostragem, operacionalização e escopo.

O erro de transportar uma média populacional para cada indivíduo é especialmente importante. Mesmo relações estatísticas verdadeiras não autorizam classificar toda mulher ou todo homem. A generalização normativa exige exame ainda mais cuidadoso.

Na futura análise documental, cada alegação empírica deverá ser registrada com referência verificável. Quando a fonte não estiver disponível, a afirmação será codificada como alegação não demonstrada, sem que o pesquisador invente uma refutação numérica.

### 3.3.6 Aconselhamento afetivo e fronteiras discursivas

É comum que aconselhamento amoroso combine orientações legítimas, observações anedóticas e afirmações normativas. Recomendar que uma pessoa estabeleça limites ou evite relações abusivas não constitui, isoladamente, misoginia. A questão é saber se tais conselhos são dirigidos a todos em termos de reciprocidade ou se se apoiam na desvalorização de mulheres enquanto grupo (Ging, 2019).

A mesma peça audiovisual pode alternar práticas de autocuidado e alegações essencialistas sobre o sexo feminino. A unidade de análise deve ser o argumento contextualizado, não a classificação global de um canal como bom ou mau.

A distinção protege a pesquisa de seleções enviesadas. Também oferece um caminho para educação midiática: não é necessário rejeitar todo conselho para identificar e contestar uma conclusão discriminatória.

### 3.3.7 Estilos de autoridade na comunicação

O estudo de Wolff e Betti (2025) aponta que canais brasileiros distintos podem convergir em críticas ao feminismo apesar de utilizarem estilos de apresentação diferentes. A aparência acadêmica, a performance humorística e a fala confessional são recursos que alteram a relação de credibilidade entre emissor e audiência (Wolff; Betti, 2025).

Uma citação de pesquisa pode funcionar como prova adequada, mas também como adorno de autoridade quando o estudo não sustenta a generalização realizada. A análise documental deve registrar o conteúdo da fonte invocada e o salto lógico até a prescrição oferecida.

Além do enunciado, interessa observar a estrutura narrativa: apresentação de um problema, identificação de culpados, promessa de revelação e oferta de solução. Essa sequência é uma hipótese de leitura para o *corpus* futuro, não uma conclusão medida neste estudo.

### 3.3.8 Vitimização masculina e identificação

Ging (2019) ressalta a articulação de formas contemporâneas de masculinidade com narrativas de vitimização. Essa chave interpretativa permite examinar como a figura do homem injustiçado é apresentada como depositária de uma verdade que grupos dominantes tentariam ocultar (Ging, 2019).

A identificação pode fornecer linguagem para nomear frustrações e formar laços. Ela se torna problemática quando todo conflito entre homens e mulheres é descrito como perseguição coordenada, sem consideração pela diversidade de experiências ou pelas evidências disponíveis.

A pesquisa não nega que homens possam sofrer abuso, violência ou injustiças. Sua pergunta é como determinados discursos transformam experiências possíveis em afirmações indiscriminadas sobre o conjunto das mulheres.

3.4 MISOGINIA DIGITAL

### 3.4.1 Definições operacionais

Misoginia não corresponde a qualquer crítica dirigida a uma mulher ou discordância em debate público. Neste estudo, o termo abrange representações depreciativas, hostis ou hierarquizantes dirigidas a mulheres enquanto grupo, com atenção ao contexto e à função do enunciado (Manne, 2017).

A operacionalização considera alvo coletivo, predicação negativa, justificativa essencialista e efeito normativo. Uma narrativa sobre conflito particular não se torna necessariamente misoginia; isso ocorre quando características individuais são projetadas sobre a categoria feminina.

A definição não substitui juízo legal nem avaliação clínica. Seu papel é permitir transparência analítica, inclusive para reconhecer enunciados ambíguos ou contrários à hipótese inicial.

### 3.4.2 Generalização e essencialismo

Enunciados universais sobre comportamento feminino frequentemente apresentam relações complexas como atributos naturais e invariáveis. A estrutura lógica é identificável quando poucos episódios são usados para concluir que mulheres sempre agem de determinada maneira (Manne, 2017).

A leitura crítica considera também recursos de atenuação, como dizer apenas que a maioria se comporta assim sem oferecer base amostral. A expressão estatística não transforma opinião em evidência.

É possível criticar comportamentos concretos sem desqualificar um grupo. A análise preserva essa distinção, pois a precisão conceitual é condição para não ampliar artificialmente a categoria misoginia.

### 3.4.3 Objetificação e linguagem de valor

Termos como marmita, rodada, quilometragem e valor sexual podem operar, em contextos específicos, como classificações depreciativas de mulheres por sua vida afetiva ou sexual. Seu uso tende a transformar sujeitos em mercadorias ou índices de consumo (Manne, 2017).

A interpretação depende de quem fala, do público, do propósito e do enquadramento. Uma pesquisadora que menciona o termo para criticá-lo não reproduz o mesmo ato discursivo de quem o utiliza para humilhar.

O interesse da Psicologia Social não se limita à ofensa lexical. Examina-se como sistemas de classificação definem dignidade, reputação e expectativas de comportamento, potencialmente regulando a autonomia de mulheres.

Lima-Santos e Santos destacam a tentativa de estabelecer um modelo normativo de masculinidade ao mencionar a intenção de “delimitar o ‘homem-de-verdade’ em detrimento das masculinidades submissas” (Lima-Santos; Santos, 2022, p. 1081).

### 3.4.4 Humor e ambiguidade

A ironia pode criar distanciamento entre autor e conteúdo, mas também pode servir como escudo retórico para afirmações hostis. Na cultura digital, enunciados exagerados frequentemente circulam sem suas condições originais de interpretação (Jane, 2014).

Na análise de humor, importa observar recorrência, alvo, contexto de audiência e resposta do produtor quando questionado. Nenhuma ocorrência isolada permite inferir com segurança intenção psicológica do emissor.

A matriz proposta reserva categoria de contexto insuficiente. Essa possibilidade reduz a pressão de classificar todas as falas de forma binária e fortalece a credibilidade dos achados futuros.

### 3.4.5 Antifeminismo e divergência

O feminismo é campo heterogêneo de movimentos, teorias e reivindicações. Criticar políticas ou correntes específicas não equivale automaticamente a hostilidade contra mulheres. O problema aparece quando a crítica se converte em negação da igualdade, caricaturização universal ou imputação de perversidade ao conjunto das mulheres (Wolff; Betti, 2025).

Wolff e Betti (2025) identificam estratégias de desqualificação do feminismo em canais analisados. Sua conclusão deve ser lida no escopo daquele estudo, sem pretender representar todos os vídeos produzidos no país.

A distinção entre debate político e misoginia é indispensável para que a pesquisa não funcione como punição a opiniões divergentes. Critérios explícitos permitem examinar forma, conteúdo e alvo das afirmações.

### 3.4.6 Desumanização e hierarquia

A desumanização discursiva aparece quando interlocutoras são tratadas como objetos intercambiáveis ou seres definidos por supostas leis de valor inferior. A hierarquia pode ser direta, por declarações de inferioridade, ou indireta, pela prescrição de submissão (Manne, 2017).

Nem toda preferência pessoal por um modelo de relacionamento expressa coerção. A diferença fundamental está entre acordos voluntários e regras apresentadas como direito unilateral de um sexo controlar o outro.

A análise deve observar justificativas, imperativos e consequências sugeridas. Classificações depreciativas podem reforçar assimetrias simbólicas, mas não comprovam, sozinhas, violência psicológica sofrida por pessoa identificável.

### 3.4.7 Dupla moral sexual e reputação

A aplicação de padrões morais diferentes a homens e mulheres é relevante para compreender a construção discursiva de hierarquias. Uma narrativa pode valorizar a experiência sexual masculina e, simultaneamente, apresentar a feminina como desgaste ou perda de dignidade (Manne, 2017).

O pesquisador precisa demonstrar a assimetria no próprio material: quais comportamentos são avaliados, quais justificativas são utilizadas e se existem exceções explicitadas. Uma referência isolada à preferência afetiva não basta para a classificação.

Ao distinguir julgamento moral pessoal de inferiorização de uma categoria social, a investigação pode identificar mecanismos de controle de reputação sem presumir intenção hostil em todas as manifestações.

### 3.4.8 Misoginia como prática de policiamento social

Manne (2017) propõe compreender a misoginia para além de sentimentos individuais de ódio, considerando mecanismos de imposição e manutenção de expectativas sociais sobre mulheres. Essa abordagem é particularmente útil para examinar enunciados que punem simbolicamente a recusa feminina a certos papéis (Manne, 2017).

No ambiente digital, uma mulher que expressa autonomia pode tornar-se alvo de desqualificação coletiva. A análise deve verificar se o ataque se dirige à sua conduta concreta ou se a utiliza como pretexto para reafirmar que mulheres merecem menos liberdade, consideração ou voz.

A noção de policiamento social ilumina a função normativa da linguagem. Ainda assim, observar um conteúdo misógino não permite inferir automaticamente a crença íntima ou o comportamento de toda a audiência.

### 3.4.9 Agressividade explícita e formas sutis

Jane (2014) analisa manifestações explícitas de hostilidade dirigida a mulheres na internet. Esse tipo de agressão não esgota o fenômeno: também podem existir comentários aparentemente moderados que justificam restrições à autonomia por meio de generalizações sobre natureza ou valor feminino (Jane, 2014).

A diferença entre agressividade manifesta e hierarquização implícita deve ser descrita com critérios verificáveis. Conteúdos incômodos, opiniões conservadoras e discursos violentos não são categorias automaticamente equivalentes.

O estudo recomenda que futuras análises diferenciem insulto, ameaça, estereótipo e prescrição de controle, em vez de unificá-los sob uma única etiqueta. A precisão favorece tanto rigor científico quanto debate público responsável.

### 3.4.10 Conflito interpretativo e contraditório

Quando a classificação de misoginia depende de inferência complexa, torna-se importante registrar leituras alternativas. Um enunciado sobre infidelidade pode ser queixa particular, afirmação estatística sem evidência ou acusação universal contra mulheres. A palavra utilizada não resolve essa distinção.

A futura pesquisa deverá preservar contexto audiovisual, destinatário e sequência da fala. Também deverá documentar evidências que enfraquecem a interpretação mais severa. Essa prática não relativiza ofensas claras; apenas impede que ambiguidades sejam transformadas em certezas por conveniência.

A transparência sobre divergências de codificação é uma contribuição metodológica. Ela permite que outros pesquisadores avaliem a consistência das categorias, mesmo quando discordem de determinadas conclusões.

## 3.5 PLATAFORMAS E CIRCULAÇÃO

### 3.5.1 Lógicas de visibilidade

Plataformas digitais organizam a visibilidade por mecanismos de recomendação, interação e formatos. Conteúdos polêmicos podem estimular comentários e compartilhamentos, embora não seja possível concluir que todos os sistemas recomendem misoginia de maneira uniforme (Wolff; Betti, 2025).

O estudo de Wolff e Betti (2025) atribui relevância à linguagem, aos algoritmos e à monetização na dinâmica dos canais pesquisados. Essa relação precisa ser examinada como configuração sociotécnica, não como causalidade algorítmica simples (Suler, 2004).

Sem acesso a dados internos das plataformas, este estudo não mede exposição, alcance nem impulsionamento. O campo de pesquisa permanece aberto a auditorias empíricas e estudos de recepção.

### 3.5.2 Economia da atenção

Vídeos que prometem revelar segredos das relações podem combinar aconselhamento, autoridade pessoal e incentivos comerciais. A recompensa por retenção e engajamento pode favorecer afirmações simplificadas e polarizadoras (Banet-Weiser, 2018).

É possível que a monetização influencie escolhas editoriais, mas a existência de produto pago ou publicidade não prova intenção de difundir misoginia. O vínculo entre incentivo e conteúdo requer dados específicos.

A análise recomendada registra chamadas para cursos, consultorias, comunidades fechadas e formas de apelo à audiência como contexto de produção, sem equiparar comércio digital à discriminação.

### 3.5.3 Repetição e aparência de consenso

A circulação repetida de enunciados semelhantes pode produzir impressão de consenso. Entretanto, frequência de publicação não equivale a aprovação social geral. Sistemas de recomendação e redes de seguidores podem criar ambientes de exposição concentrada.

Do ponto de vista psicológico, o interesse recai sobre a construção de familiaridade e a transformação da opinião reiterada em senso comum. Não se pode quantificar esse processo sem estudar usuários, sua história de exposição e atitudes.

Ao tratar normalização como processo discursivo, o estudo aponta condições de possibilidade, não comprova efeitos populacionais. Essa distinção protege o estudo contra conclusões mais fortes que seu desenho.

### 3.5.4 Comentários e comunidades fechadas

A área de comentários pode intensificar, contestar ou ressignificar mensagens dos vídeos. Reações não devem ser interpretadas como amostra representativa da audiência, porque comentar exige seleção voluntária e diferentes graus de participação (Suler, 2004).

Ambientes fechados acrescentam obstáculos de consentimento, observação e segurança de dados. A existência de relatos sobre grupos no Discord não autoriza descrever seu conteúdo sem acesso documental legítimo e análise própria.

Por essas razões, o desenho empírico futuro prioriza vídeos públicos e exclui inferências sobre comunidades privadas não observadas. Qualquer ampliação requer protocolo ético e metodológico independente.

### 3.5.5 Arquitetura da interação e desinibição

A experiência de falar diante de uma câmera ou comentar anonimamente difere de uma conversa presencial. Suler (2004) destaca a combinação de fatores que podem reduzir inibições no ambiente online. O efeito, contudo, depende de contexto e pode ampliar tanto hostilidade quanto intimidade e apoio (Suler, 2004).

Para compreender a circulação de conteúdos *redpill*, é útil comparar a posição de influenciadores identificáveis com a de comentadores de perfis anônimos. Os incentivos, a exposição pública e as consequências percebidas diferem, o que impede tratar todos como participantes equivalentes.

Essa diferenciação orienta o desenho empírico: autor do vídeo, convidados e comentadores deverão ser unidades observacionais distintas, com critérios de seleção e codificação próprios.

### 3.5.6 Monetização e fronteiras do objeto

A produção de conteúdo pode combinar apresentação de ideias, construção de marca pessoal, publicidade e venda de serviços. Banet-Weiser (2018) mostra a importância de compreender as relações entre visibilidade, cultura popular e disputas em torno do feminismo e da misoginia (Banet-Weiser, 2018).

A existência de incentivo comercial não prova que o emissor sustente deliberadamente cada afirmação para maximizar receitas. Para investigar isso seriam necessários dados sobre estratégias editoriais, contratos, métricas e decisões de monetização.

O presente estudo limita-se a reconhecer a economia da atenção como condição de circulação, sem converter uma hipótese plausível em explicação causal comprovada dos discursos analisados por outros autores.

### 3.5.7 Permanência e recontextualização dos vídeos

Cortes, republicações e montagens deslocam falas de seu contexto original. Um trecho de poucos segundos pode circular como posição definitiva de um produtor, ainda que a publicação completa inclua ressalvas ou críticas. O risco oposto também existe: uma fala hostil pode ser retirada da circulação, restando apenas sua reprodução por terceiros.

A pesquisa documental precisa estabelecer uma versão de referência, registrar a data de acesso e distinguir material original de republicações. Quando o conteúdo íntegro não estiver disponível, a classificação deverá reconhecer incerteza de contexto.

Essa cautela tem consequências éticas e epistemológicas. A análise não deve ampliar indevidamente exposição de usuários comuns nem apresentar como verificados materiais cuja autenticidade não foi examinada.

## 3.6 VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

### 3.6.1 Definição jurídica e escopo

A Lei nº 11.340/2006, em seu art. 7º, inciso II, descreve violência psicológica no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, contemplando condutas que causam dano emocional ou visam degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões, por diferentes meios (Brasil, 2006, art. 7º, II).

Essa definição é relevante para a discussão porque nomeia humilhação, manipulação, isolamento, insulto e ridicularização em relações concretas. Contudo, um vídeo público não preenche automaticamente todos os elementos normativos de uma ocorrência individual.

O estudo usa o marco legal para estabelecer interfaces conceituais, não para enquadrar criminalmente produtores de conteúdo nem atribuir diagnósticos a receptores.

O art. 7º, inciso II, da Lei Maria da Penha estabelece, entre outros elementos, a seguinte definição:

> a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões [...] (Brasil, 2006, art. 7º, II).

### 3.6.2 Do discurso à prática

A passagem entre representação cultural e conduta interpessoal precisa ser investigada, não presumida. Um discurso que apresenta controle de parceira como legítimo pode contribuir para um repertório justificativo, mas não demonstra que determinado espectador tenha praticado coerção.

Há pelo menos três níveis analíticos: enunciado disponível, crença incorporada e comportamento realizado. Cada nível demanda evidências e métodos distintos. A análise de conteúdo alcança principalmente o primeiro, enquanto entrevistas e estudos longitudinais poderiam explorar os demais (Brasil, 2006, art. 7º, II).

O uso da expressão normalização discursiva esclarece o limite da pesquisa. A investigação procura identificar recursos que tornam práticas de desigualdade aparentemente aceitáveis, sem afirmar incidência ou causalidade comportamental.

### 3.6.3 Controle e autonomia

Discursos de controle podem ser observados em prescrições assimétricas sobre roupas, amizades, trabalho, circulação e decisões afetivas. O traço relevante não é a existência de acordos entre parceiros, mas a legitimação de imposição unilateral e de sanção contra a autonomia (Brasil, 2006, art. 7º, II).

Uma análise séria precisa considerar se o conteúdo descreve acordo consensual, expressa preferência individual ou recomenda coerção. Essa distinção evita converter qualquer discussão sobre valores familiares em prova de violência.

O enquadramento jurídico de casos reais dependeria de fatos, contexto, prova e interpretação competente. A pesquisa de discursos permanece no plano acadêmico de categorias e relações possíveis.

### 3.6.4 Ridicularização e vergonha

A ridicularização pública pode funcionar como instrumento de disciplina simbólica, especialmente quando mulheres são expostas como exemplos de condutas consideradas indignas. A dinâmica combina plateia, julgamento moral e potencial permanência digital (Jane, 2014).

A pergunta psicológica relevante é como a vergonha opera em processos de controle de reputação. O pesquisador não necessita presumir sofrimento individual para identificar uma estrutura de humilhação, mas deve evitar atribuir dano emocional concreto sem evidências da pessoa atingida.

Essa cautela permite discutir prevenção e educação digital sem confundir categorias discursivas com consequências clínicas verificadas.

### 3.6.5 Categorias psicológicas e normativas distintas

O conceito de sofrimento psicológico é mais amplo do que a tipificação de atos no âmbito jurídico. Uma pessoa pode vivenciar dor emocional por múltiplas razões, e nem toda experiência dolorosa preenche os elementos de uma violência legalmente definida. Da mesma forma, uma afirmação depreciativa na internet não demonstra, isoladamente, dano clínico a pessoa determinada (Brasil, 2006, art. 7º, II).

A Lei Maria da Penha descreve formas de violência doméstica e familiar contra a mulher em contexto específico. Utilizá-la como referência interpretativa ajuda a identificar práticas de humilhação e controle, mas não autoriza enquadramento penal automático de conteúdo público.

Essa separação é essencial para uma pesquisa em Psicologia. O trabalho pode investigar discursos que legitimam determinadas condutas sem reivindicar a função de perícia, diagnóstico ou julgamento criminal.

### 3.6.6 Riscos de inferir efeitos sobre a audiência

A expressão normalização da violência pode soar causal se não for cuidadosamente delimitada. Aqui, normalização discursiva designa apresentação de uma prática como natural ou justificável dentro de um enunciado. Não equivale a medir concordância da audiência, mudança de atitudes ou crescimento da violência interpessoal.

Para investigar recepção seria necessário coletar dados dos espectadores, considerar exposições anteriores e comparar interpretações divergentes. Para demonstrar efeitos comportamentais, o desenho precisaria enfrentar fatores de confusão e limites de temporalidade.

O estudo, portanto, oferece categorias para reconhecer discursos que diminuem a gravidade de práticas de controle, mas preserva a distinção entre possibilidade interpretativa e resultado empírico demonstrado.

### 3.6.7 Humilhação pública e autonomia

A exposição de comportamentos femininos acompanhada de juízo moral pode produzir uma espécie de tribunal informal, no qual a plateia é convocada a reforçar censura e vergonha. Contudo, a existência de crítica pública não é por si só prova de violência psicológica em relação doméstica ou familiar.

O critério substantivo envolve a função da fala: há denúncia de fato relevante, crítica de conduta determinada ou tentativa de diminuir a dignidade de mulheres como grupo? A pesquisa futura deverá observar recorrência, alvo coletivo e possíveis prescrições de submissão.

O diálogo entre Psicologia Social e direito é produtivo quando respeita seus limites. A primeira descreve processos de significação e interação; o segundo estabelece requisitos normativos cuja aplicação depende de contexto e prova.

## 3.7 DISCUSSÃO TEÓRICA

### 3.7.1 O paradoxo da proteção masculina

Algumas narrativas apresentam hostilidade contra mulheres como forma de autodefesa masculina. O argumento desloca a atenção de uma possível prática discriminatória para a suposta necessidade de proteção diante de riscos afetivos generalizados (Ging, 2019).

É necessário separar orientações legítimas de autoproteção, como estabelecer limites, reconhecer abusos e administrar finanças, de prescrições que atribuem perigo moral a todas as mulheres. O mesmo vocabulário de prudência pode operar em registros éticos distintos.

A interpretação de vitimização masculina elaborada por Ging (2019) oferece um caminho teórico para examinar esse deslocamento, sem reduzir todas as experiências masculinas de injustiça a invenções retóricas.

### 3.7.2 Oposição entre razão e emoção

Parte das narrativas digitais apresenta o homem como portador de racionalidade superior e a mulher como agente emocional, imprevisível ou manipulador. Trata-se de dicotomia historicamente associada a hierarquias de gênero, cuja ocorrência e forma dependem de demonstração contextual (Connell; Messerschmidt, 2005).

A oposição pode transformar discordâncias em provas circulares: se uma mulher refuta a tese, sua refutação é descrita como emoção; se um homem adere, sua adesão confirma a razão. Estruturas argumentativas que se autoimunizam contra contestação merecem análise crítica.

O estudo não avalia a inteligência de emissores ou receptores. Interessa identificar a função da dicotomia e sua capacidade de reduzir a legitimidade de certas vozes no debate público.

### 3.7.3 Hierarquia afetiva e reciprocidade

Relações afetivas envolvem negociação de desejos, limites e responsabilidades. Discursos hierárquicos substituem essa negociação por deveres unilateralmente associados ao sexo. A assimetria se torna particularmente relevante quando um parceiro reivindica autoridade sem reciprocidade (Connell; Messerschmidt, 2005).

Ao analisar prescrições sobre fidelidade, respeito, autonomia e sexualidade, deve-se observar se a norma é aplicada igualmente ou se constitui dupla moral. Uma diferença de expectativas não é suficiente para inferir violência, mas pode revelar hierarquização normativa.

A Psicologia Social contribui ao situar essas regras na interação entre identidade, papéis sociais e poder, em vez de tratá-las como fatos biológicos autoevidentes.

### 3.7.4 Do caso particular ao estereótipo

Narrativas anedóticas têm força emocional porque apresentam personagens e conflitos identificáveis. Seu alcance explicativo, contudo, é limitado. Histórias individuais são adequadas para exemplificar situações, mas não para estimar propriedades de toda uma população.

Nos vídeos, uma seleção de episódios extremos pode construir a impressão de que comportamentos abusivos são universais. A análise futura deve registrar a origem da história, a eventual ausência de contraditório e a transformação de exemplo em regra.

A diferença entre ilustração e evidência generalizável precisa constar da formação crítica de consumidores de conteúdo. Esse ponto oferece contribuição direta à alfabetização midiática.

### 3.7.5 Contradições e diversidade interna

O mesmo ecossistema pode divulgar conselhos de autocuidado, críticas a práticas abusivas e enunciados generalizantes hostis. Um pesquisador que seleciona apenas o material mais extremo corre o risco de representar inadequadamente o conjunto (Ging, 2019).

A proposta de codificação inclui unidades neutras, ambivalentes e contrárias à hipótese. Também distingue a autodeclaração *redpill* do uso externo do rótulo. O objetivo é descrever um fenômeno heterogêneo sem diluí-lo nem homogeneizá-lo.

Essa preocupação afeta inclusive o título: movimento é empregado por conveniência descritiva, não como afirmação de estrutura institucional formal.

### 3.7.6 Limites da explicação pela radicalização

A expressão radicalização pressupõe trajetória de intensificação ou deslocamento de posições. Uma fotografia de conteúdos públicos não demonstra processo temporal individual. Para afirmar radicalização seria necessário observar mudança, sequência e condições de adesão.

A revisão discute discursos que podem apresentar polarização, hostilidade e fronteiras de pertencimento, mas não atribui trajetória radicalizante a pessoas específicas. Tampouco usa o termo violência como sinônimo geral de opinião ofensiva.

A prudência é particularmente importante porque interpretações alarmistas podem reduzir a qualidade científica do debate. O recorte sobre normalização discursiva é mais verificável com os dados disponíveis.

### 3.7.7 Hipóteses alternativas e possibilidade de refutação

Uma análise científica precisa considerar explicações concorrentes. A presença de conteúdo de autocuidado em canais *redpill* pode refletir demandas por orientação afetiva, empreendedorismo digital ou tradições de aconselhamento masculino, sem que todos esses elementos constituam misoginia.

O pesquisador deve definir previamente o que contaria contra sua hipótese: ausência de generalizações de gênero, reconhecimento explícito de autonomia feminina, condenação de controle unilateral e diversidade de posicionamentos no *corpus*. Uma amostra constituída apenas de episódios extremos seria inadequada para descrever uma população ampla.

A força do estudo depende da possibilidade de revisão da interpretação após examinar evidências discordantes. A hipótese inicial não pode funcionar como conclusão imune a refutação, sob pena de comprometer a validade do trabalho.

## 3.8 CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA

### 3.8.1 Educação para relações saudáveis

Os resultados da revisão apontam a pertinência de ações educativas que valorizem reciprocidade, consentimento, resolução de conflitos e comunicação não coercitiva. Tais ações devem contemplar homens como sujeitos de cuidado, não apenas como possíveis agressores.

A intervenção educativa pode abordar sofrimento afetivo, vergonha, expectativas de desempenho e diferença entre limites pessoais e controle do parceiro. Ações centradas somente em censura podem falhar em compreender as necessidades que tornam certas narrativas atraentes.

Não se afirma eficácia de programa específico, pois o trabalho não avaliou intervenção. A recomendação é uma implicação normativa e prática derivada da discussão teórica.

### 3.8.2 Alfabetização midiática e leitura crítica

A formação crítica deve ensinar a verificar generalizações, reconhecer apelos de autoridade, examinar fontes e distinguir correlação de causalidade. O foco não é impor pensamento uniforme, mas ampliar a capacidade de analisar argumentos antes de reproduzi-los (Suler, 2004).

Exercícios podem comparar uma narrativa anedótica com pesquisa científica, identificar amostras inadequadas e discutir como cortes de vídeo modificam significados. O mesmo princípio vale para qualquer campo ideológico.

A ação preventiva precisa preservar liberdade de debate e combater o constrangimento discriminatório por meios transparentes. Educação e responsabilização são planos diferentes e não devem ser confundidos.

### 3.8.3 Atendimento psicológico e escuta

Profissionais podem encontrar homens que consomem conteúdo *redpill* sem que isso constitua diagnóstico ou sinal suficiente de risco. A escuta clínica e psicossocial necessita conhecer sofrimento singular, vínculos, comportamentos efetivos e história de vida.

O compromisso ético demanda evitar tanto a validação automática de estereótipos quanto a humilhação do paciente por suas crenças. Questionamentos sobre generalização, reciprocidade e autonomia podem abrir espaço para reflexão, quando adequados ao contexto de atendimento.

O presente trabalho não estabelece protocolo clínico. Sua contribuição consiste em oferecer mapa conceitual que previna interpretações precipitadas e estimule intervenções orientadas por avaliação individual.

### 3.8.4 Pesquisa futura com vídeos públicos

Um estudo documental complementar pode selecionar de vinte a trinta vídeos brasileiros publicados entre 2022 e 2025, com critérios definidos antes da observação. A escolha deverá equilibrar produtores, formatos, duração e plataformas para evitar amostra baseada apenas em casos notórios.

A unidade de análise proposta é o segmento de fala com sentido completo, vinculado a contexto temporal e registro de metadados. Dupla codificação, resolução de divergências e preservação dos registros permitiriam aumentar transparência (Bardin, 2016).

A pesquisa futura não deve prometer representatividade estatística com amostra intencional. Seu resultado seria um mapeamento qualitativo de categorias observadas naquele *corpus*.

Os instrumentos propostos para essa etapa encontram-se sintetizados a seguir: o Quadro 1 apresenta a matriz de categorias para a análise documental; o Quadro 2 descreve o protocolo de seleção e codificação; e o Quadro 3 reúne as perguntas de auditoria de inferências a serem aplicadas antes da interpretação dos resultados. Os campos não representam dados coletados neste estudo.

Quadro 1 – Matriz de análise documental proposta para pesquisa futura

| Código | Categoria | Definição operacional |
|---|---|---|
| A1 | Generalização negativa sobre mulheres | Predicado depreciativo aplicado à categoria feminina, com evidência contextual. |
| A2 | Antifeminismo generalizante | Atribuição uniforme de intenções negativas ao movimento feminista, sem distinção de correntes. |
| A3 | Hierarquização de gênero | Defesa explícita de autoridade ou valor diferencial entre homens e mulheres. |
| A4 | Objetificação | Representação de mulheres como mercadorias, índices ou instrumentos para satisfação de terceiros. |
| A5 | Controle e coerção | Prescrição de limitação unilateral da autonomia da parceira. |
| A6 | Humilhação e ridicularização | Uso depreciativo de exposição ou vergonha como forma de disciplina. |
| A7 | Afirmação empírica sem fonte | Generalização factual ou estatística não acompanhada de referência verificável. |
| A8 | Contraprova ou ambivalência | Conteúdo que rejeita misoginia, explicita reciprocidade ou contradiz categorias anteriores. |
| A9 | Contexto insuficiente | Trecho isolado ou irônico cujo sentido não pode ser atribuído com confiabilidade. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Quadro 2 – Protocolo de seleção e codificação

| Etapa | Procedimento |
|---|---|
| 1 | Definir antes da coleta a plataforma, os descritores de busca e o intervalo de datas de publicação. |
| 2 | Identificar critérios de inclusão para canais e vídeos, registrando como cada produtor se associa ao termo *redpill*. |
| 3 | Excluir duplicatas e fragmentos republicados sem contexto suficiente, registrando justificativas. |
| 4 | Registrar URL, título, data, duração, data de acesso e descrição do contexto audiovisual. |
| 5 | Transcrever segmentos relevantes com marcações de tempo e preservar enunciados contraditórios à hipótese. |
| 6 | Aplicar categorias em piloto, revisar definições e documentar as alterações do livro de códigos. |
| 7 | Realizar codificação independente de uma parcela do *corpus*, comparar decisões e registrar discordâncias. |
| 8 | Descrever frequências apenas em relação ao *corpus* selecionado, sem extrapolação populacional. |
| 9 | Proteger dados de pessoas não públicas e observar exigências institucionais de avaliação ética. |
| 10 | Separar resultados observados, interpretação teórica, hipótese explicativa e consideração normativa. |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

Quadro 3 – Roteiro de auditoria de inferências

| Nº | Pergunta de verificação |
|---|---|
| 1 | A afirmação analisada foi realmente proferida pelo produtor ou aparece como citação crítica de terceiro? |
| 2 | A categoria refere-se a mulheres enquanto grupo ou à descrição de um conflito particular? |
| 3 | Há evidência de intenção de controlar, humilhar ou diminuir autonomia, ou apenas divergência de valores? |
| 4 | A passagem citada permite a conclusão proposta sem acesso a conteúdo omitido? |
| 5 | A interpretação reconhece ironia, edição, linguagem hiperbólica e contexto de audiência? |
| 6 | A fonte acadêmica citada estudou *redpill*, *incels* ou segmento distinto da manosfera? |
| 7 | O estudo original permite generalização para o Brasil e para o período em análise? |
| 8 | Há salto indevido entre conteúdo de fala, adesão de audiência e prática violenta? |
| 9 | Foram preservados exemplos que enfraquecem a hipótese de misoginia? |
| 10 | As conclusões respeitam o desenho exploratório e qualitativo da pesquisa? |

Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

### 3.8.5 Agenda de estudos sobre recepção

A análise de discursos não explica de forma suficiente por que usuários aderem às mensagens. Entrevistas, grupos focais e desenhos longitudinais poderiam investigar pertencimento, solidão, comparação social, mudança de atitudes e contestação interna.

Também seria relevante comparar públicos que consomem conteúdos distintos, sem presumir perfis psicológicos homogêneos. Métodos mistos poderiam explorar tanto interpretações subjetivas quanto indicadores de exposição e mudança.

Qualquer inferência causal exigiria controle de variáveis e estratégia apropriada. O presente trabalho não fornece essa evidência e explicita a lacuna como prioridade para pesquisas posteriores.

## 4 CONCLUSÃO

A revisão evidencia a utilidade de investigar os discursos *redpill* a partir de Psicologia Social, estudos de masculinidades e cultura digital. As fontes examinadas documentam repertórios antifeministas e misóginos em segmentos da manosfera, inclusive na produção digital brasileira (Ging, 2019; Wolff; Betti, 2025).

A principal contribuição conceitual consiste em diferenciar três planos: circulação de representações, normalização discursiva e comportamento interpessoal efetivo. A literatura dá suporte ao exame dos dois primeiros, mas não autoriza atribuir automaticamente o terceiro a todo consumidor.

A abordagem preserva o sofrimento masculino como tema legítimo e critica sua eventual conversão em generalizações depreciativas de mulheres. Essa combinação evita tanto a patologização de homens quanto a invisibilização das desigualdades de gênero.

O objetivo de construir uma interpretação teórica fundamentada foi atendido mediante articulação de literatura acadêmica e legislação pertinente. A análise não constitui levantamento de prevalência, estudo experimental, diagnóstico individual ou auditoria algorítmica.

A ausência de *corpus* próprio impede afirmar quais categorias predominam no conjunto da *redpill* brasileira entre 2022 e 2025. A seleção de fontes tem limites de abrangência, e investigações futuras poderão encontrar usos distintos ou contrários à hipótese.

A conclusão, portanto, é circunscrita: há razões teóricas e evidências publicadas para examinar interfaces entre segmentos da cultura *redpill* e normalização da misoginia, mas a magnitude, a recepção e os efeitos comportamentais continuam questões abertas.

## REFERÊNCIAS

BANET-WEISER, Sarah. **Empowered**: popular feminism and popular misogyny. Durham: Duke University Press, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOCK, Ana Mercês Bahia. Formação do psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 17, n. 2, p. 37-42, 1997. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98931997000200006.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 4 nov. 2026.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. **Gender & Society**, v. 19, n. 6, p. 829-859, 2005. DOI: https://doi.org/10.1177/0891243205278639.

GING, Debbie. Alphas, betas, and incels: theorizing the masculinities of the manosphere. **Men and Masculinities**, v. 22, n. 4, p. 638-657, 2019. DOI: https://doi.org/10.1177/1097184X17706401.

JANE, Emma A. Back to the kitchen, cunt: speaking the unspeakable about online misogyny. **Continuum**, v. 28, n. 4, p. 558-570, 2014. DOI: https://doi.org/10.1080/10304312.2014.924479.

LIMA-SANTOS, André Villela de Souza; SANTOS, Manoel Antônio dos. Incels e misoginia on-line em tempos de cultura digital. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 22, n. 3, p. 1081-1102, 2022. DOI: https://doi.org/10.12957/epp.2022.69802.

MANNE, Kate. **Down girl**: the logic of misogyny. New York: Oxford University Press, 2017.

SULER, John. The online disinhibition effect. **CyberPsychology & Behavior**, v. 7, n. 3, p. 321-326, 2004. DOI: https://doi.org/10.1089/1094931041291295.

WOLFF, Cristina Scheibe; BETTI, Gabriel Gobbi. Alfas, redpills e outras polêmicas tragicômicas no YouTube. **INTERthesis**, v. 22, 2025. DOI: https://doi.org/10.5007/1807-1384.2025.e107582.